

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo Class.: 22

Data: 14.09.76 Pg.: _____

Continua tensão na reserva dos suruí

VITU DO CARMO
Enviado Especial

Os 250 índios suruí que habitam a área de 230.000 hectares do posto 7 de Setembro, no parque Aripuanã, em Rondônia, terão que esperar ainda até o dia 20 para que a demarcação de sua reserva seja reiniciada. O ministro Rangel Reis, do Interior, que visitou a aldeia sexta-feira, decidiu que o trabalho, interrompido há um mês e meio, deveria recomençar ontem, por ter sido regularizada a

situação de 1.100 famílias invasoras da área.

No entanto, a empresa demarcadora, a Plantel, de Goiânia, informou ontem não ter possibilidade de deslocar seus funcionários imediatamente para a área. Isto deverá trazer novas dificuldades a Apoena Meirelles, diretor do Parque Aripuanã, que não consegue conter a impaciência dos suruí diante da demora. Além disso, outras duzentas famílias não tiveram sua situação regularizada na área e precisarão ser retiradas, o que aumenta o risco de surgirem novas tensões.

E Rangel ouviu os radicais

Embora fosse a primeira vez que recebiam a visita de um ministro de Estado, os índios suruí do posto 7 de Setembro, no Parque Aripuanã, em Rondônia, ficaram desapontados com a comitiva que desembarcou sexta-feira em suas terras. Ela não incluía os policiais cuja presença a própria Funai tinha considerado indispensável para garantir a demarcação da área. No fim de julho, esta operação fora suspensa, diante das hostilidades desencadeadas por lavradores que, instalados irregularmente em algumas partes da reserva, seriam obrigados a ficar fora das novas linhas, tão logo elas fossem traçadas.

"Se Iara (homem branco, no caso o invasor) continuar aqui, eu vou achar ruim" — disse o índio Itabira ao ministro Rangel Reis, que, depois de pensar um pouco, respondeu: "Pode achar ruim, mas não precisa usar a espingarda". Itabira não se afastou da arma nem para travar esse rápido diálogo com o "chefe branco", como o sertanista Apoena Meirelles apresentou o ministro, quando este quis conhecer os líderes radicais da tribo. Com o ministro estavam o governador do Território, coronel Humberto da Silva Guedes, o presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, e o coordenador dos projetos do INCRA, Hélio de Palma Arruda.

IMPACIÊNCIA

Apoena Meirelles, que pouco antes da chegada da comitiva reagira com desalento à notícia de que a força policial não tinha vindo, ficou aliviado ao ouvir do ministro a promessa de que a demarcação seria reiniciada ontem (o que acabou não acontecendo). E também por se certificar de que as autoridades ali presentes tinham afinal entendido a dimensão de suas dificuldades para conter os índios, cada vez mais impacientes com a demora da demarcação.

Depois que ela foi interrompida, há um mês e meio, vários entendimentos foram mantidos entre os colonos invasores, representantes do Incra, da Funai e de outros órgãos do governo, em busca de uma proposta conciliadora. Só no dia 30 de agosto ela foi encontrada, num debate que reuniu em Brasília o ministro do Interior, o governador de Rondônia, os presidentes da Funai e do Incra e representantes do Conselho de Segurança Nacional e da Secretaria do Planejamento. Ficou decidido que os suruí perderiam 3 quilômetros quadrados de sua reserva, na extremidade oeste — onde se encontra a maioria dos invasores — e anexariam outra área, do mesmo tamanho, a leste. Estabeleceu-se também que a demarcação teria reinício imediato.

Desde então, Apoena tem procurado conter os suruí mais exaltados, embora a falta de argumentos o tenha às vezes deixado cético quanto ao mérito de seu próprio procedimento. "A gente fez esse jogo até certo

ponto — afirmava, antes da chegada do ministro. Já houve uma concessão, admitimos deslocar a reserva. Temos do nosso lado a Constituição e o Estatuto do Índio. O que querem mais? Ninguém está aqui para blefar".

OS REBELDES

O grau de animosidade contra o invasor, em certos setores da consciência suruí, torna mais árdua a missão do sertanista. A ala jovem, liderada por Itabira e Kádio, chega a reagir com rebeldia à autoridade de Apoena. Já os índios mais idosos encaram as coisas com tolerância, e as vezes até o ajudam em suas dificuldades com o grupo radical.

Os jovens repudiam boa parte das tradições de seus pais. Deixaram de lado a maioria dos adornos e aderiram às roupas dos brancos. Também abandonaram o arco e a flecha, preferindo armas de fogo. E, enquanto Itabira ostentava sua agressividade diante do ministro, um velho índio, pintado e emplumado, preferia homenagear o visitante, apresentando o com um arco e uma flecha.

De certo modo, Itabira, Kádio e seus seguidores têm garantido a integridade física dos suruí de 7 de Setembro. Apoena reconhece isso, afirmando que, se dependesse exclusivamente das armas tradicionais, a tribo já teria sido arrasada pelos brancos. "Hoje o potencial de destruição das duas partes está equilibrado. E os índios levam a vantagem de conhecer mais a mata. É só por isso que ainda são temidos pelos invasores".

A facilidade para obter garruchas e "chumbeiras" na região tem provocado temores sobre a extensão de um possível conflito em 7 de Setembro. A compra dessas armas não exige a menor formalidade, como a simples apresentação de um documento. No povoado de Vila Rondônia, uma farmácia dá balas de revólver como troca. "A sorte — conclui Apoena — é que até agora não mataram nenhum índio. Se isso acontecer, não haverá quem impeça a luta".

Há dois meses, alguns invasores espancaram um funcionário da empresa Plantel, que fazia a demarcação. Pouco depois, um grupo suruí atacou um local que estava sendo desmatado. Os brancos conseguiram fugir, com exceção de um, assassinado enquanto dormia. A suspensão da demarcação sempre foi explicada como consequência da recusa dos empregados da Plantel a prosseguirem o trabalho sem proteção policial. Por isso, causou surpresa a decisão de se reiniciar agora a operação sem esse tipo de garantia.

Ao voltar da reunião de Brasília, na qual se decidiu deslocar a reserva suruí, Apoena Meirelles levou oficiais da Funai ao governo do Território, ao Departamento de Polícia Federal e ao Comando de Fronteira Acre-Rondônia, formalizando o pedido de suporte ostensivo ao trabalho de de-

marcação. Numa das escalas da comitiva ministerial em Rondônia, antes de chegar a 7 de Setembro, o presidente da Funai perguntou a Rangel Reis e ao governador do Território como ficaria a questão. Na reserva suruí, foi o ministro quem deu a notícia: "Vamos começar a demarcação normalmente e, se houver problema, recorreremos à força".

O coordenador dos projetos do Incra afirmou não haver mais motivo para preocupações. "Os colonos terão agora sua situação regularizada e devem estar satisfeitos" — disse Hélio de Palma Arruda. Ele se referia à maioria das aproximadamente 1.100 famílias — cerca de 6 mil pessoas — beneficiadas pela decisão de desmembrar a parte da reserva onde elas se encontram. Restam, porém, cerca de duzentas famílias, instaladas nos limites a serem demarcados, e que terão de ser transferidas.

Não se sabe como reagirão esses invasores — muitos deles compraram suas terras de grileiros, ignorando que elas pertenciam aos índios. Alguns, sabendo da nova decisão, já estariam "deixando espontaneamente a área", segundo Hélio de Palma Arruda. Mas também se comenta que o simples oferecimento, pelo Incra, de novas glebas, pode não ser suficiente. Além das roças plantadas, muitos desses lavradores construíram "benfitorias" (barracos, galpões) e não gostarão de ter que começar tudo de novo.

O Incra, oficialmente, deve cuidar da situação desses colonos. Mas o órgão não retira ninguém à força, limitando-se a reassentar os que aceitarem a transferência. E a Funai recusa com veemência a idéia de indenizar os lavradores pelas "benfitorias", o que alguns apontam como a melhor saída. Essa indenização constituiria um estímulo a novas invasões de terras indígenas.